

VIOLÊNCIA, SEGURANÇA TERRITORIAL E AVANÇO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA EM TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS NA AMAZÔNIA

Thereza Cristina Cardoso Menezes

Professora do Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
(CPDA - UFRRJ). 3305

Desde o fim do século XIX uma persistente tradição liberal que associou a propriedade privada ao desenvolvimento tornou imperativa a visão de que indígenas, descendentes de escravos e demais grupos do universo rural brasileiro que praticavam formas de uso coletivo da terra e recursos naturais seriam incapazes de colaborar com o desenvolvimento agrícola do país. Percebidos como resquícios de um sistema cultural falido, estes habitantes foram tidos como fatalmente destinados à absorção e desaparecimento, constituindo historicamente alvos de deslocamento para territórios periféricos e de reduzida importância produtiva.

O surgimento ao longo das últimas décadas de mobilizações sociais ancoradas em demandas pelo reconhecimento da diversidade fundiária e identitária do mundo rural deu visibilidade a estes segmentos do mundo rural brasileiro, levantando questionamentos sobre o modelo homogeneizante de reforma agrária clássica vinculado à redistribuição parcelar de terras e às formas de mobilização a ela vinculadas (Almeida 2007).

A demarcação de territórios e o reconhecimento de identidades tradicionais constituem formas de resistência tidas recorrentemente como as mais eficazes de combate às “agroestratégias” diante de outras modalidades de luta e reivindicação fundiárias (Almeida 2011). Este artigo busca analisar os efeitos do “aquecimento” do mercado de terras e do avanço da fronteira agropecuária na Amazônia sobre territórios tradicionais reconhecidos pelo Estado. Para tal tomarei como objeto de análise o município de Lábrea, situado no Sul do Amazonas, detentor de um diverso mosaico de territórios tradicionais. Esta área tem revelado ainda um forte avanço da fronteira agropecuária e procuro discutir como esta pressão tem se traduzido no aumento da violência e insegurança territorial de comunidades tradicionais que vivem na região.

Lábrea situa-se no vale do Purus e constitui o último município cortado pela rodovia Transamazônica. O município faz fronteira com os estados do Acre e Rondônia e integra o chamado arco do desmatamento, ou seja, a região da Amazônia Legal que mais perde floresta. Lábrea foi historicamente cenário dos mais diversos projetos direcionados ao desenvolvimento amazônico. Pouco explorado economicamente até o século XIX, o vale do Purus sofreu a partir de meados do século XIX profundas mudanças. A invenção e industrialização do processo de vulcanização da borracha intensificou a exploração das ricas áreas de seringais da região através de incentivos do governo brasileiro. A solução adotada para a exploração dos seringais foi o uso do trabalho indígena e de trabalhadores nordestinos vitimados pelas grandes secas na década de 1870 e encorajados pela perspectiva de riqueza rápida na floresta amazônica, tornando Lábrea uma das capitais da exploração de seringa do Amazonas.

Entre as décadas de 1980 e 1990 houve uma profunda alteração da configuração da relação entre Estado e atividade seringalista, sendo suspensa pelo Governo Federal a tradicional política de proteção e subsídios à atividade, ocasionando o colapso da atividade seringalista em toda Amazônia. Incapazes de obter créditos, na maior parte dos casos os patrões abandonam, arrendaram ou venderam seus seringais. A atividade seringalista foi substituída e assistiu-se a intensificação da pecuária, da exploração madeireira e assistiu-se a um notável aumento dos índices de desmatamento na região.

A partida de muitos dos antigos patrões e a intensificação da pecuária ocorrida entre 1970 e 1980 foi interpretada por estudiosos, particularmente do caso acreano, como um momento que propiciou a resistência à desapropriação e em alguns casos a transformação dos seringueiros em camponeses (Bakx 1988). Em Lábrea, o fim dos seringais teve como efeito o abandono das antigas áreas produtivas por um expressivo número de trabalhadores em direção a cidades próximas como Lábrea, Porto Velho ou Rio Branco ou o deslocamento de grupos familiares do interior dos seringais para a margem dos rios em busca de maiores facilidades de pesca, deslocamento e escoamento da produção extrativa e agrícola de plantios realizados em terra firme ou nas praias (várzea).

A opção por permanecer na floresta e formar comunidades ao longo dos rios deu origem a uma população residente na beira dos rios de origem migrante (nordestina) e indígena cujas relações basearam-se em acordos de convivência que regem os usos coletivo da terra e recursos sociais a partir de um idioma complexo baseado na concepção de “respeito” que regula, através da tradição, tanto às relações entre integrantes das comunidades quanto destes com o meio ambiente. Atualmente é esta população que vive em Lábrea em torno do rio Purus e seus afluentes que dá suporte com suas atividades extrativas e agrícolas à economia local e garante o abastecimento de alimentos fundamentais à segurança alimentar da região.

Cabe ressaltar que estas populações desde o colapso da empresa seringalista estiveram sob ameaça de madeireiros, peixeiros e, sobretudo, fazendeiros que surgiam como os novos donos da terra, espalhando cercas e, em certos casos, impedindo através de formas violentas o acesso a lagos e recursos naturais. Este cenário de insegurança territorial sofreu uma inflexão entre a década de 1990 e 2005, quando se assistiu a um novo processo de territorialização que redesenhou radicalmente o mapa e perfil fundiário da região do vale do Purus e produziu uma situação de maior segurança aos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais da região.

Lábrea, por exemplo, teve sua área territorial convertida em um gigantesco mosaico socioambiental formado por 19% de Terras Indígenas, 54% em Unidades de Con-

servação e a criação de cinco Projetos de Assentamento. Passada uma década desta reconfiguração territorial das terras públicas da região e fortalecimento de comunidades tradicionais, o cenário atual é de recrudescimento das ameaças e aumento da violência dirigida aos moradores e lideranças de várias áreas destinadas à conservação ambiental e reforma agrária tais como Reservas Extrativistas e Projetos de Assentamentos Sustentáveis. Somente na região Sul do Amazonas, contabilizaram-se cinco assassinatos de lideranças em cinco anos, bem como numerosos casos de agressão e expulsões da terra.

A formação do novo mosaico territorial foi acompanhada de novos modelos de governança voltados à gestão participativa dos territórios adotados pelo Estado e apoiados financeiramente por entidades internacionais. Houve um grande esforço em apoiar o protagonismo e capacitação de lideranças de comunidades tradicionais para o exercício da gestão e vigilância territorial. Tem sido recorrente nos últimos anos a consulta prévia e a participação direta de lideranças na escolha de seus gestores e em certos casos observou-se a própria nomeação de lideranças como gestores dos territórios tradicionais, situação que conferiu empoderamento às comunidades, mas também aumentou a exposição de suas lideranças a situações de conflito e risco, visto que estes acabam se tornando fiscalizadores e denunciadores de ilegalidades.

Este empoderamento foi acompanhado pelo empenho do Estado na promoção de iniciativas de regularização fundiária na Amazônia como o Projeto Terra Legal (Menezes 2015) em função do qual vem produzindo uma corrida pela expansão e formalização de posses por fazendeiros e grileiros que, através de práticas violentas, têm promovido práticas de expropriação de posseiros, assentados e extrativistas. O Estado tem reagido a este processo negligenciando as denúncias e usando a violência como justificativa para promover a descaracterização de territórios reconhecidos como tradicionais.

Lábrea é um município que é espaço exemplar ostentando o título de município recordista de pessoas “juradas de morte” por conflitos agrários no Amazonas. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra lançado em 2014, nove pessoas foram assassinadas devido a conflito de terra no Sul do Amazonas. Dois destes ameaçados são lideranças de Lábrea, Nilcilene e Antonio, respectivamente lideranças Projeto de Assentamento Florestal Gedeão e da Reserva Extrativista Ituxi que sofreram violência e ameaças por denunciarem as constantes práticas de desmatamento em seus territórios. Ambos integraram na época o grupo formado pelos únicos seis brasileiros que tiveram a proteção da escolta da Força Nacional através do programa Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

Ao longo dos seis meses em que permaneceu na região do Sul de Lábrea, a Força

Nacional também foi ameaçada e em virtude da denúncia de um plano de emboscada para matar a líder Nilcilene e os policiais, a Secretaria de Direitos Humanos decidiu suspender a proteção e retirar Nilcilene da sua região o mais rápido possível, transferindo-o para local bem distante de Lábrea. Antonio esteve sob proteção da Força Nacional por quase dois anos, período em que o visitei em sua casa em Lábrea. Encontrei-o profundamente deprimido, sentia-se um prisioneiro em sua casa, constrangido pela falta de privacidade e liberdade. Antonio era ainda frequentemente ameaçado de prisão pelos policiais da Força Nacional sob a acusação de desacato à autoridade todas as vezes que se queixava do autoritarismo e desrespeito. Decidiu pedir o cancelamento da proteção e pleiteava apenas o direito a um porte de arma para poder voltar a viver em sua terra, mesmo sob o risco de morrer a qualquer momento, pois quem o ameaçava nunca chegou a ser preso pela polícia.

A demarcação e reconhecimento de territórios e identidades tradicionais e a formas de governança participativa, ainda que tenham se revelado mecanismos eficazes para a conservação do bioma amazônico, têm se mostrado insuficientes para garantir a segurança territorial das comunidades tradicionais na Amazônia. Diante do aumento da pressão das agroestratégias e da postura cada vez mais complacente das entidades do Estado diante da violência contra comunidades tradicionais, delegar a vigilância e a gestão territorial da Amazônia exclusivamente às comunidades tradicionais sem amparo de recursos financeiros e humanos provenientes do Estado tem se mostrado mais um mecanismo para reproduzir o seu histórico processo de expropriação.

Referências biográficas

ALMEIDA, Mauro. 2007. “Narrativas agrárias e a morte do campesinato”. *Ruris*, 1(2): 157-186.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. 2011. “A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica”. In: S. Sauer; W. Almeida (orgs.), *Terras e Territórios na Amazônia: Demandas, Desafios e Perspectivas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 27-44

BAKX, Keith. 1998. “From proletarian to peasant: rural transformation in the State of Acre, 1870-1986”. *Journal of Development Studies*, 24(2): 141-160.

MENEZES, Thereza C. C. 2015. “A regularização fundiária e as novas formas de expropriação rural na Amazônia”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 23(1): 110-130

Thereza Cristina Cardoso Menezes

Professora do Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
(CPDA - U Currículo Lattes FRRJ). 3305
Currículo Lattes
therezaccm@uol.com.br

